

UNIVERSIDADE POPULAR EM REDE: UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO POPULAR EM REDE COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Carmem da Silva Moura¹, Viviane Nunes Sarmiento², Caetano de Carli Viana³

INTRODUÇÃO

O programa Universidade Popular em Rede trata-se de um conjunto de atividades de extensão, as quais reúnem robustas ações vinculadas à UFAPE, com alto impacto social, a realizar-se no território do Agreste Meridional. Nesse sentido, configura-se como principal objetivo: formar uma rede de ações, tendo como foco combater a estrutura de desigualdade de classe, racismo, patriarcado e capacitismo. Para galgar tais propósitos, houve a reunião de uma série de atividades pedagógicas no território do Agreste focadas na formação de jovens de escolas públicas, bem como, educadores e educadoras quanto à concepção de raça, classe e gênero, capacitismo e acessibilidade.

Isto posto, tais atividades se desmembram a partir dos seguintes projetos: Projeto Curso Pré ENEM Ciranda Popular; Projeto de Formação de Educadores e Educadoras em Educação Quilombola, Educação Popular, Educação do Campo e Feminismo, contando com os seguintes cursos: curso de formação educação quilombolas, curso para rede de economia das mulheres e mulheres trans, curso de realidade brasileira, curso de formação contra violência de gênero, e curso de formação de professores da rede municipal de Garanhuns; Ainda assim, pensando nas discussões anticapacitistas, fomentamos a Formação e Ação para Acessibilidade de Pessoas com Deficiência, tal projeto contempla os seguintes cursos: curso de formação da rede das cuidadoras de pessoas com deficiência de Garanhuns, e o curso de formação política para o coletivo de pessoas com deficiência. Dessa forma, é válido ressaltar que a execução dessas extensões trata-se de uma série de ações que a UFAPE já realiza no

¹ Estudante do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco - UFAPE. **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-3347-2728>. **E-mail:** carmemmouraaa2020@gmail.com.

² Professora Adjunta da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco – UFAPE. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL e Coordenadora do Grupo de Estudos em Psicologia Sócio-Histórica Inclusão e Surdez. **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-1594-5192>. **E-mail:** viviane.sarmiento@ufape.edu.br.

³ Professor Adjunto da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco – UFAPE. Doutor em Pós colonialismos e Cidadania Global pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – CES/UC e Coordenador do Programa de Extensão Agrária e Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável. **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-8542-7163>. **E-mail:** caetanodecarli@gmail.com.

território do Agreste Meridional construído a partir de parcerias já consolidadas. Todas essas ações já foram dialogadas com as entidades parceiras, as quais também participaram da constituição do programa pedagógico. A importância dessa formalização consiste em poder fortalecer as ações de extensão na instituição e solidificar os vínculos com essas organizações sociais do Agreste. Diante do exposto, investimos neste envolvimento levando em consideração que trabalhamos com a materialidade, isto é, com o processo histórico, portanto, levamos em consideração não um projeto sobre alunos e professores, mas construídos com estes sujeitos, visto que enfatizamos as suas condições ativas, sociais e históricas para que essa rede atenda às experiências dos sujeitos envolvidos.

METODOLOGIA

As atividades do curso foram fundamentadas através da Pedagogia da Alternância. Esta surgiu na década de 1930, na França, a partir das experiências das Casas Familiares Rurais. No Brasil, a partir do final da década de 60, no Espírito Santo, emergiu o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) e posteriormente nas Escolas Famílias Agrícolas e nas Casas Familiares Rurais.

A pedagogia da alternância pode ser estabelecida de várias formas, segundo Leite (1999), há três tipos básicos de pedagogia da alternância, a alternância justapositiva (divisão dos tempos entre trabalho e estudo sem relação direta); alternância associativa (associação entre a formação com o trabalho a ser desempenhado); alternância integrativa (com uma unidade formativa entre as atividades desenvolvidas no tempo escola e as atividades desenvolvidas no tempo comunidade sem primazia de um objeto por outro.

Portanto, dada essa breve explicação, compreendemos que seja esse um importante modelo pedagógico para a educação do campo em suas diversas variedades formais, quais sejam: o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, a Educação de Jovens, Adultos e Idosos, Educação Especial, Educação Técnica e o Ensino Universitário.

Assim, optamos pela primazia da alternância integrativa, a qual, as atividades do tempo escola e do tempo comunidade foram divididas, de forma que os cursistas das diversas formações possam ao mesmo tempo trazer o que aprenderam no tempo escola para comunidade e trazer o que aprenderam na comunidade para o tempo escola. O tempo-escola foi composto pelos componentes curriculares (as disciplinas), seminários e atividades

formativas e de reflexão e troca. No tempo-comunidade, os educandos vivenciaram diferentes situações-problema junto com a comunidade buscando identificar na realidade concreta os elementos teóricos discutidos no tempo-escola anterior. Ao tempo-escola também se atribui a função de discussão e busca de soluções para situações problema vivenciadas no tempo-comunidade anterior. Assim, como num ciclo contínuo, os tempos-escola e comunidade se alimentam reciprocamente.

No que tange às formações em território urbano, estabelecemos como base a discussão sócio-política e econômica estrutural, garantindo a todos os cursistas acessibilidade e no caso das mulheres mães, a possibilidade de uma rede de ciranda, para que possam acompanhar as atividades de maneira integral. Dessa forma, o programa Universidade Popular em Rede, busca contribuir na formação de jovens educandos de escolas públicas, bem como educandos de comunidades quilombolas por meio do Projeto curso Pré ENEM Ciranda Popular. Além de alcançar Professores e Professoras de Educação Básica, como também mulheres e mulheres trans, através Projeto de Formação de Educadores e Educadoras em Educação Quilombola, Educação Popular, Educação do Campo e Feminismo. Ademais, contribui também para a formação das mulheres cuidadoras de pessoas com deficiência da cidade de Garanhuns, bem como proporciona formação política para o coletivo de pessoas com deficiência, por intermédio do Projeto Formação e Ação para Acessibilidade de Pessoas com Deficiência.

Dessa maneira, torna-se relevante destacar que o programa possui parcerias com outras instituições públicas municipais e estaduais do município de Garanhuns, bem como com os movimentos sociais, além disso os cursos disponibilizados pelos projetos de extensão contam com quarenta alunos por curso. Assim, os projetos do programa atendem pessoas da cidade de Garanhuns, bem como de cidades circunvizinhas. No que se refere aos agentes atuantes no programa Universidade Popular em Rede, temos uma professora e dois professores da UFAPE à frente dos projetos propostos pelo programa, contamos também com um colaborador da UPE Campus Garanhuns, participante da comissão organizadora, há também a participação de discentes monitores da UFAPE, uma graduanda bolsista, como também voluntários na realização das ações extensionistas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O programa Universidade Popular em Rede, tendo como enfoque formar uma rede de ações, buscando combater a estrutura de desigualdade de classe, racismo, patriarcado e capacitismo, possibilitou o acesso de comunidades e grupos sociais do Agreste Meridional, a uma educação crítica e reflexiva que dialoga como o conhecimento popular. Portanto, tal programa contribui significativamente para promoção da autonomia e valorização dos sujeitos enquanto seres sociais, históricos e culturais.

Assim, torna-se relevante mencionar que os projetos de extensão que estão em andamento são o Projeto Curso Pré ENEM Ciranda Popular, e Projeto Formação e Ações para Acessibilidade dos Movimentos Políticos da cidade de Garanhuns, pondo em prática o curso de formação política para o coletivo de luta PCD. Ainda é importante apresentar que o curso de realidade brasileira do Projeto de Formação de Educadores e Educadoras em Educação Quilombola, Educação Popular, Educação do Campo e Feminismo finalizou sua primeira edição no ano de 2022, sendo assim, uma segunda edição será iniciada no ano de 2023.

É válido ressaltar que tais ações valorizam a Educação Popular, contemplando o diálogo e a discussão, evidenciando a troca de conhecimentos como forma de analisar, compreender e interpretar a realidade, de modo que os sujeitos tornem-se conscientes acerca dos contextos sociais. Além disso, pode-se inferir que tais práticas contribuíram diretamente na formação de jovens de escolas públicas, na construção de consciência política de pessoas com deficiência, bem como no esclarecimento dos sujeitos quanto às realidades sociais.

Nesse sentido, o ato de educação não pode ser associado a uma invasão cultural. Freire (1987), define o diálogo como uma exigência existencial. E, se ele é “o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes” (FREIRE, 1987, p. 93).

Diante o exposto, tendo em vista o caráter extensionista do programa, as ações estão voltadas para a transformação da realidade social, de forma a contribuir para melhoria das comunidades envolvidas. Assim, torna-se relevante contribuir diretamente na formação dos sujeitos tendo como ponto de partida a análise e discussão da realidade, promovendo a formação de um sujeito consciente. Além disso, valoriza-se o protagonismo do sujeito, uma

vez que o reconhece como sujeito de sua história e, portanto, produtor de conhecimento. Assim, a educação não se reduz à mera reprodução, mas, sim ao ato de troca de conhecimentos, de modo que os sujeitos ao mesmo tempo em que aprendem também ensinam, numa relação dialógica.

Ademais, no que diz respeito à educação das pessoas com deficiência, Dorziat, Araújo e Soares (2011), apontam para a necessidade de pessoas com deficiência contemplarem suas vivências e experiências em contextos próprios. Nessa perspectiva, é necessário levar em consideração quem é o sujeito, quais as condições de vida que engendram e suas construções subjetivas, inclusive as que se relacionam com o ensino e a aprendizagem. No entanto, o que tem ocorrido é a marca da subordinação de aspectos políticos, históricos e sociais dominantes. Assim, as possibilidades destes se reduzem à sobrevivência sem a consciência da realidade vivenciada que é ofuscada pelo discurso das impossibilidades, ocultando as questões identitárias desses sujeitos, naturalizações a serem combatidas tendo como instrumento um projeto de educação que agregue a formação política anticapacitista.

Assim, outro aspecto importante a ser discutido diz respeito às desigualdades de gênero, enfatizando a discriminação e preconceito que acometem mulheres com deficiência, além de desconstruir ideologias inferiorizantes e opressoras. Desse modo, segundo Hooks (2020), compreendemos que a determinação sobre ser mulher e possuir deficiência são elos moldados pela retórica social da inferiorização, a qual se sustenta pelo patriarcado e o da problemática de incapacidade que se mantém firmada no capacitismo. Esses fatores, portanto, determinarão destinos. Dessa forma, é necessário ampliar o entendimento das estruturas sociais, bem como as relações de poder determinantes, inclusive, de mulheres em relação a outras mulheres.

Outro ponto relevante a ser apresentado, trata-se de envolver as comunidades quilombolas no programa, o que representa uma forma de promoção e fortalecimento da identidade cultural dessas comunidades. Na medida em que evidencia a necessidade de refletir sobre a qualidade e o tipo de educação que deveria se destinar a tais comunidades. Dessa forma, consolidar nos projetos a Educação do Campo, significa promover a preservação da identidade cultural de comunidades quilombolas, com a defesa de profissionais qualificados e escolas que atendam as especificidades dos grupos, contemplando todas as modalidades educacionais desde a Educação Infantil até o Nível Médio. Promovendo nessas comunidades

uma formação crítico e reflexiva, respeitando seus valores, crenças, tradições e conhecimentos.

Dessa maneira, o programa Universidade Popular em Rede tem trabalhado em prol da visibilidade de comunidades e dos grupos sociais supracitados, bem como vem organizando conhecimento, através de redes, para a compreensão da realidade, de modo que os sujeitos possam intervir e agir no mundo, por meio da prática, comunicação e troca de saberes, permitindo a transformação da realidade social.

Nesse sentido, estabelecemos a orientação de que por meio de um trabalho coletivo e organizado há contribuição no que tange à promoção da autonomia e construção de uma visão crítica e consciente das comunidades e grupos sociais na tentativa de desconstruir ideias dominantes enraizadas na sociedade que são reproduzidos constantemente, oprimindo e condicionando sujeitos a determinadas realidades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se inferir que o programa Universidade Popular em Rede realiza ações que transformam as realidades sociais dos sujeitos envolvidos, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, capacitados, conscientes e reflexivos. Tendo em vista, a valorização da Educação Popular e envolvimento com movimentos sociais, o que possibilita uma visibilidade maior ao público envolvido, tendo o diálogo e discussão como base para a troca de saberes, bem como se torna o principal meio para encontrar soluções para as situações problemas identificadas nas realidades concretas, dialogando assim com os saberes populares.

Dessa forma, é possível constatar que o sujeito é percebido como um ser ativo, criativo e capaz de construir conhecimento. Assim, esse programa propicia a desconstrução de ideologias dominantes opressoras e fatalistas que determinam a realidade como imutável, permitindo ao sujeito libertação. Dessa maneira, é importante destacar que o Programa Universidade Popular em Rede possibilita a construção de uma visão de mundo consciente, promovendo o sentimento de luta por justiça social e direitos iguais a todos. Além de promover ações de combate ao racismo, patriarcado, desigualdade de classe e gênero, como também, o capacitismo.

Por conseguinte, possibilita também a promoção da consciência política do sujeito com deficiência, fortalecendo sua identidade e participação social, combatendo a

naturalização e defesa de uma formação anticapacitista. Ainda, é válido destacar que o tal programa proporciona o fortalecimento das identidades culturais das comunidades quilombolas com defesa e democratização da Educação do Campo, uma vez que preserva as especificidades desses grupos. Além disso, assegura a democratização de oportunidades e aprimoramento profissional e empoderamento feminino com conscientização política, proporcionando às comunidades e grupos sociais o protagonismo e participação ativa na construção do conhecimento e de suas realidades.

REFERÊNCIAS

DORZIAT, Ana; ARAÚJO, Joelma Remigio de; SOARES, Filipe Paulino. **O direito dos surdos à educação: que educação é essa**. In: DORZIAT, Ana (Org.). Estudos surdos: diferentes olhares. Porto Alegre: Mediação, 2011. p. 19-60.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feministas**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. Cortez Editora, 1999.